

## **DECISÃO N° 2877616, DE 26 DE MARÇO DE 2024**

### **DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO**

#### **EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Processo: 25751.728775/2019-08

Autuada: EMBRASG - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS

AIS n.: 3496147190 - CVPAF - RS

Expediente do Recurso n.: 4308829/22-4

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a autuada apresentou recurso tempestivo, via sistema Solicita (conforme documento de fls. 37-v), no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela autuada, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

Esclareço que não verifico a ocorrência de *bis in idem* na condução do processo. O princípio do *non bis in idem* veda à autoridade administrativa impor mais de uma penalidade administrativa ao transgressor de um único dever jurídico. No caso, não se comprova nos autos do processo que a autuada já tenha sido penalizada pela conduta indicada na autuação.

Acerca das circunstâncias atenuantes, não há que se falar em aplicação da atenuante prevista no inciso V do artigo 7º da Lei nº 6.437/1977, pois, apesar da autuada ser primária, sua conduta foi classificada como sendo de alto risco (fls. 16).

No que se refere ao questionamento sobre como a infração pode ser classificada como grave, mesmo quando a empresa seja considerada primária, foi aplicada na decisão a agravante do artigo 8º, inciso V, da Lei nº 6.437/77, uma vez que a Autuada, mesmo após a ação da fiscalização sanitária em 11/04/2019 e do prazo estipulado para regularização, permaneceu inerte, contrariando a legislação sanitária. Conforme o artigo 4º, II da Lei nº 6.437/77, as infrações sanitárias classificam-se em graves, quando for verificada uma circunstância agravante, o que ocorreu no caso.

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela autuada, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

## **YURIÊ LOPES PONTE DE OLIVEIRA**

Autoridade julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020  
Autoridade Julgadora - Portaria nº 669, de 5 de novembro de 2020.  
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações  
Sanitárias  
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Yurie Lopes Ponte, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 26/03/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2877616** e o código CRC **2608E631**.

---